

**EMENTÁRIO DO PROGRAMA DE MESTRADO NOVOS
DIREITOS, NOVOS SUJEITOS**

Nome: Metodologia da Pesquisa	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Sim (Área de Concentração)
Carga Horária: 30	Créditos: 02
Ementa: Conhecimento científico. Crise paradigmática e pós-modernidade. Técnicas operacionais de pesquisa em ciências sociais aplicadas. Pesquisação.	
Bibliografia: GIL, Antônio Carlos. <i>Métodos e Técnicas de Pesquisa Social</i> . 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999; GUSTIN, Miracy de Sousa Barbosa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. <i>Curso de iniciação à pesquisa jurídica e à elaboração de projetos</i> . 2ª ed. NIEPE/Faculdade de Direito/UFMG. Belo Horizonte, 2001. IAROSSO, Giuseppe. <i>O poder da concepção em inquéritos por questionário</i> . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. MARTINICH, A. P. <i>Ensaio Filosófico: O Que é, Como se Faz</i> . Tradução de Adail U. Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2002. KUHN, Thomas. <i>A estrutura das revoluções científicas</i> . 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996; NICOLESCU, Basarab. <i>O manifesto da transdisciplinaridade</i> . São Paulo: Triom, 1999. SANTOS, Boaventura de Sousa. <i>Um discurso sobre as ciências</i> . 12ª ed. Porto: Afrontamento, 2001. SANTOS, Boaventura de Sousa. <i>Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência; para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática</i> . São Paulo: Cortez, 2000. STAKE, Robert E. <i>A arte da investigação com estudos de caso</i> . 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012. THIOLLENT, Michel. <i>Metodologia da pesquisa-ação</i> . São Paulo: Cortez, 1994. TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica, <i>Educação e Pesquisa</i> , São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005 443 WILSON, JOHN. <i>Pensar com conceitos</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2005	

Nome: Teoria da Justiça e Pluralismo	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Sim (Área de Concentração)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
<p>Ementa: Justiça: Direito, Política, Economia, Ética. Justiça distributiva e argumentos sobre as distribuições possíveis. A justiça como igualitarismo estrito. A teoria da justiça de John Rawls e o princípio da diferença. O igualitarismo de “fortuna” e o igualitarismo de “mérito”. Princípios de justiça baseados no bem-estar (<i>welfarismo</i>). Libertarianismo. Crítica feminista às principais teorias de justiça. Justiça e Pluralismo. Pluralismo moral e pluralismo político. Justiça, pluralismo, exclusão social, feminismo e racismo.</p>	
<p>Bibliografia: Anderson, Elizabeth S. “Qual é o sentido da igualdade?” Revista Brasileira de Ciência Política, nº15. Brasília, setembro - dezembro de 2014, pp. 163-227. Arneson, Richard, 1990, “Liberalism, Distributive Subjectivism, and Equal Opportunity for Welfare,” <i>Philosophy and Public Affairs</i>, 19: 158–194. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A. Direito, política e filosofia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. Crocker, Lawrence, 1977, “Equality, Solidarity, and Rawls' Maximin”. <i>Philosophy and Public Affairs</i>, 6: 262–266. Dworkin, Ronald, 1981, “What is Equality? Part 1: Equality of Resources,” <i>Philosophy and Public Affairs</i>, 10: 185–246. Dworkin, Ronald, 1981, “What is Equality? Part 2: Equality of Welfare,” <i>Philosophy and Public Affairs</i>, 10: 283–345. DWORKIN, Ronald. <i>Justiça para ouriço</i>. Lisboa: Almedina, 2012. Elster, Jon, and John E. Roemer (eds.), 1991, <i>Interpersonal Comparisons of Well-Being</i>, Cambridge: Cambridge University Press. FORST, Rainer <i>Contextos da Justiça. Filosofia política para além de liberalismo e comunitarismo</i>. Tradução D. L. Werle. São Paulo: Boitempo, 2010. GARGARELLA, Roberto. <i>As teorias da justiça depois de Rawls. Um breve manual de filosofia política</i>. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008. HABERMAS, Jürgen. <i>A Inclusão do Outro</i>. São Paulo: Ed. Loyola, 2002. HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. <i>Comune. Oltre il privato e il pubblico</i>. Milano: Rizzoli, 2010. MACINTYRE, Alasdair. <i>Justiça de Quem? Qual Racionalidade?</i> São Paulo: Loyola, 1991. MEYER, Emilio Peluso Neder Meyer. <i>Ditadura e responsabilização: elementos para uma justiça de transição no Brasil</i>. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012 RAWLS, J. <i>Uma teoria da justiça</i>. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2008. TAYLOR, Charles. <i>As Fontes do Self. A Construção da Identidade Moderna</i>. São Paulo: Loyola, 1997. SANDEL, Michael J. <i>O liberalismo e os limites da justiça</i>. Tradução de Carlos E. Pacheco do Amaral. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2005. WALZER, Michael. <i>Esferas da Justiça. Uma Defesa do Pluralismo e da Igualdade</i>. São Paulo, Martins Fontes, 2003.</p>	

Nome: Igualdade na Diversidade	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Sim (linha 1)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
<p>Ementa: Os Paradigmas constitucionais dos Direitos Fundamentais: paradigma do Estado Liberal e os direitos individuais e políticos. Paradigma do Estado de Bem-Estar e os Direitos Sociais, Econômicos e Culturais. Paradigma do Estado Democrático de Direito e os novos direitos: difusos e outros. Igualdade e Liberdade como fundamentos do Direito na Modernidade. Igualdade como Isonomia e a tensão entre Constitucionalismo e Democracia e entre Maiorias e Minorias. A Materialização da Igualdade ou igualdade como equidade. Limites e problemas do direito de igualdade como isonomia e como equidade e a necessidade de reconhecimento da diversidade. O reconhecimento do Outro e a diversidade. Reconhecimento da pluralidade de formas de vida e Gênero: questões de gênero e orientação sexual.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>BAHIA, Alexandre Melo Franco. Anti-Semitismo, Tolerância e Valores: anotações sobre o papel do Judiciário e a questão da intolerância a partir do voto do Ministro Celso de Mello no HC 82.424. <i>Revista dos Tribunais</i>, São Paulo, v. 847, p. 443-470, maio 2006.</p> <p>_____. A Igualdade é Colorida: por uma nova compreensão do direito de igualdade que reconheça o direito à diversidade. In: Cândice Lisbôa Alves; Thereza Cristina Bohlen Bittencourt Marcondes (Org.). <i>Liberdade, Igualdade e Fraternidade: 25 anos da Constituição Brasileira</i>. Belo Horizonte: D'Plácido, 2013, p. 307-327.</p> <p>BAHIA, Alexandre Melo Franco; VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. ADI N. 4.277 - Constitucionalidade e relevância da decisão sobre união homoafetiva: o STF como instituição contramajoritária no reconhecimento de uma concepção plural de família. <i>Revista Direito GV</i>, v. 9, n. 1, pp. 65-92, 2013.</p> <p>BUTLER, Judith. <i>Gender Trouble: feminism and the subversion of identity</i>. New York/London: Routledge, 1999.</p> <p>CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. <i>Direito Constitucional</i>. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.</p> <p>DOMINGUES, Petrônio. <i>Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição</i>. São Paulo: Senac, 2003.</p> <p>DWORKIN, Ronald. <i>A virtude soberana</i>. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.</p> <p>FRASER, Nancy <i>Escalas de Justicia</i>. Barcelona: Herder, 2008.</p> <p>FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. <i>¿Redistribución o reconocimiento? Un debate políticofilosófico</i>. Madrid: Morata, 2006.</p> <p>HABERMAS, Jürgen. <i>A Inclusão do Outro</i>. São Paulo: Loyola, 2002.</p> <p>HONNETH, Axel. <i>Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais</i>. São Paulo: Ed. 34, 2003.</p> <p>HONNETH, Axel. <i>El Derecho de la Libertad: esbozo de una eticidad democrática</i>. Madrid: Katz, 2014.</p> <p>JUBILUT, Liliana L.; BAHIA, Alexandre; MAGALHÃES, José L. Quadros de. <i>Direito à diferença</i>. Volumes I, II e III. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>SALIH, Sara. <i>Judith Butler e a Teoria Queer</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa (org). <i>Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p> <p>SOUZA, Jessé. <i>A Ralé Brasileira: quem é e como vive</i>. Belo Horizonte: UFMG, 2009.</p>	

SOUZA, Jessé. (Não) Reconhecimento e Subcidadania, ou o que é “Ser Gente”?
Revista Lua Nova, São Paulo, n. 59, 2003, p. 51-73.

SOUZA, Jessé. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, n. 67, p. 139-190, 2006.

Nome: Pluralismo Epistemológico	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Sim (linha 2)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
Ementa: O paradigma moderno e a hegemonia do pensamento europeu. Colonialidade do saber. Teoria do pensamento abissal. A invenção da América. O mito do “Ocidente”. Diversidade epistemológica. Filosofia e cosmovisão. Desobediência epistêmica. Experiências que emergem do Sul.	
Bibliografia: DUSSEL, Enrique. 1492: o encobrimento do outro. A origem do “mito da modernidade”. Petrópolis: Vozes, 1993. GRIJALVA, Agustín. El Estado Plurinacional e Intercultural en la Constitución Ecuatoriana del 2008. In: Revista Ecuador Debate, n. 75, 2008, p. 49-62. LANDER, Edgardo (org.). <i>A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais</i> . Perspectivas latino- americanas. Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html . LOSURDO, Domenico. <i>A Linguagem do Império: léxico da ideologia estadunidense</i> . São Paulo: Boitempo, 2010. MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. <i>Estado Plurinacional e Direito Internacional</i> . Curitiba: Juruá, 2013 MIGNOLO, Walter D. <i>Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política</i> . Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008. OLIVÉ, León; et. al. <i>Pluralismo Epistemológico</i> . La Paz: CLACSO, 2009. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/olive/ . SAID, Edward. <i>Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente</i> . Trad. Rosaur Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 SANTOS, Boaventura de Souza (org.); MENESES, Maria Paula (org.). <i>Epistemologias do Sul</i> . São Paulo: Cortez, 2010 SOUZA, Tatiana Ribeiro de. <i>Pluralismo Epistemológico: a superação do paradigma moderno e do modelo hegemônico de construção do Direito Internacional</i> . Aportes para una Filosofía del Sujeto, el Derecho y el Poder. 1 ed. Bogotá: Universidad Libre, 2012, v. 01, p. 471-486 WALKER, Neil. Reconciling MacCormick: Constitutional Pluralism and the Unity of Practical Reason. In Ratio Juris, vol. 24, n. 4, 2011, p. 369-385; WALKER, Neil. The Idea of Constitutional Pluralism. <i>Modern Law Review</i> , vol. 65, n.3, 2002, p. 317-359. WALLERSTEIN, Immanuel. <i>O Universalismo Europeu: a retórica do poder</i> . São Paulo: Boitempo, 2007. YRIGOYEN FAJADO, Raquel Z. El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a la decolonización. In: GARAVITO, César Rodríguez (coord.). <i>El Derecho en América Latina: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI</i> . Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011, p. 139-159.	

Nome: Sujeito: Constituição e Identidades Culturais	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 1)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
Ementa: Fundamentos da constituição e divisão do sujeito: cartesianismo, subjetividade e identidade. Descentramentos do sujeito: sujeito e lógica produtiva; inconsciente e psicanálise; linguística saussuriana e produção discursiva; genealogia do sujeito moderno em Foucault; politização da subjetividade com base nos novos movimentos sociais contra-culturais.	
BIBLIOGRAFIA BIRMAN, Joel. Insuficientes, um esforço para sermos irmãos. In: KEHL, M. (Org.) Função Fraternal. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2000. FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2002 FREUD, Sigmund. Conferências 31, 32, 33 e outros textos e fragmentos extraídos de Edição Standart Brasileira das Obras Completas, Rio de Janeiro: Imago, 1980. HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. LAJONQUIÈRE, Leandro. Constituição ou desenvolvimento do sujeito. In: De Piaget a Freud para repensar as aprendizagens. Petrópolis: Vozes, 1992. PEREIRA, Marcelo Ricardo. Deuses de prótese : sobre os mestres de nossos tempos. Estilos da Clínica. Periódico. Ano 11, n. 20. São Paulo: IPUSP, 2006.	

Nome: Liberalismo Igualitário e Comunitarismo: debate sobre multiculturalismo, identidade e reconhecimento	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: não (Eletiva – Linha 1)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
Ementa: As Teorias Liberais Igualitárias, O Comunitarismo e a Diversidade. Multiculturalismo. Política de Identidade, Política da Diferença e Política do Reconhecimento. Justificativas para o Multiculturalismo. Justificativa Comunitarista. Charles Taylor, Identidade, Cultura e Política de Reconhecimento. A Justificativa Liberal Igualitária. Kymlicka e o Multiculturalismo: Autonomia, Igualdade e Direitos de Grupos Diferenciados. Críticas ao Multiculturalismo. Cosmopolitismo e Cultura. Crítica à Integração Cultural Tolerante e a Questão da Indiferença Igualitária. Políticas de Redistribuição e Minorias. Políticas de Reconhecimento e Minorias. Honneth e a autorrealização. Desafios atuais às teorias igualitárias e comunitaristas.	
BIBLIOGRAFIA Anderson, E., 1999, “What is the Point of Equality?” <i>Ethics</i> , 109(2): 287–337. Appiah, K. A., 1992, “Identity, Authenticity, Survival. Multicultural Societies and Social Reproduction,” in <i>Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition</i> , A. Gutmann (ed.), Princeton: Princeton University Press, pp. 149–163. Barry, B., 2001, <i>Culture and Equality: An Egalitarian Critique of Multiculturalism</i> , Cambridge, MA: Harvard. Blum, L., 1998, “Recognition, Value, and Equality,” <i>Constellations</i> , 5: 51–68 COSTA, S., WERLE, D. L. Liberais, Comunitaristas e as Relações Raciais no Brasil . <i>Novos Estudos Cebrap</i> . Nº 49, Novembro 1997. Gooding-Williams, R., 1998, “Race, Multiculturalism and Democracy,” <i>Constellations</i> , 5(1): 18–41. Gutmann, A., 2003, <i>Identity in Democracy</i> , Princeton: Princeton University Press. HONNETH, Axel. Integrity and Disrespect: Principles of a Conception of Morality Based on the Theory of Recognition. <i>Political Theory</i> , vol. 20, nº 2, 1992. HONNETH, Axel – Democracia como cooperação reflexiva. John Dewey e a teoria democrática hoje. In: Souza, Jessé <i>Democracia Hoje. Novos Desafios para a Teoria da Democracia Contemporânea</i> . Brasília: UNB, 2001. HONNETH, Axel. <i>Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais</i> . São Paulo: Ed. 34, 2003. Habermas, Jurgen. <i>A inclusão do outro</i> . São Paulo, Ed. Loyola, 2004. Kelly, P., 2002 , <i>Multiculturalism Reconsidered: Culture and Equality and Its Critics</i> , Oxford: Polity Press. Kukathas, C., 1995, “Are There Any Cultural Rights?” <i>Political Theory</i> , 20: 105–139. Kymlicka, W. 1989, <i>Liberalism, Community, and Culture</i> , Oxford: Oxford University Press. —, 1995, <i>Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights</i> , Oxford: Oxford University Press. —(ed.), 1995, <i>The Rights of Minority Cultures</i> , Oxford: Oxford University Press. —, 2001, <i>Politics in the Vernacular: Nationalism, Multiculturalism, and Citizenship</i> , Oxford: Oxford University Press. Levy, J.T., 1997, “Classifying Cultural Rights,” <i>Nomos XXXIX: Ethnicity and Group Rights</i> , W. Kymlicka and I. Shapiro (eds.), New York: New York University Press. MENDONÇA, Ricardo Fabrino (2009). “A dimensão intersubjetiva da autorrealização: em defesa da teoria do reconhecimento”. <i>Revista Brasileira de Ciências</i>	

Sociais, v. 24, n. 70, p. 143-154.

Modood, T., 1998, "Anti-Essentialism, Multiculturalism, and the 'Recognition' of Religious Groups," *Journal of Political Philosophy*, 6(4).

Parekh, B., 2000, *Rethinking Multiculturalism: Cultural Diversity and Political Theory*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

RAWLS, J. Uma Teoria da Jutiça. São Paulo: Martins Fontes, 2008

Scheffler, S., 2001, "Conceptions of Cosmopolitanism," in *Boundaries and Allegiances: Problems of Justice and Responsibility in Liberal Thought*, Oxford: Oxford University Press.

—, 2003, "What is Egalitarianism?" *Philosophy and Public Affairs* 31(1): 5–39.

Shachar, A., 2000, "On Citizenship and Multicultural Vulnerability," *Political Theory*, 28: 64–89.

Song, S., 2007, *Justice, Gender, and the Politics of Multiculturalism*, Cambridge: Cambridge University Press.

—, 2008, "The Subject of Multiculturalism: Culture, Religion, Language, Ethnicity, Nationality, and Race?" in *New Waves in Political Philosophy*, B. de Bruin and C. Zurn (eds.), New York: Palgrave MacMillan.

Taylor, C., 1992, "The Politics of Recognition," in *Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition*, A. Gutmann (ed.), Princeton: Princeton University Press.

—, 1995, "Irreducibly Social Goods," in *Philosophical Arguments*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

Taylor, C. & Gutmann, A. (ed) *Multiculturalism*. Expanded edition. With commentary by K. Anthony Appiah, Jürgen Habermas, Steven C. Rockefeller, Michael Walzer and Susan Wolf. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

Waldron, J. (1995). "Minority Cultures and the Cosmopolitan Alternative," in *The Rights of Minority Cultures*, Oxford: Oxford University Press.

Nome: Novo Constitucionalismo Latino-Americano	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 1)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
<p>Ementa: Nascimento do constitucionalismo: modernidade, ciência e o indivíduo. Revoluções liberais: Inglaterra, EUA e França. Formação dos Estados Nacionais Ocidentais e o tratamento do “diferente”: Europa, EUA e América Latina. Radicalização “moderna” com o nazi-facismo. Tensão entre constitucionalismo e democracia: maiorias e minorias nas democracias representativas liberais de matriz europeia-ocidental. Constitucionalismo do pós-guerra (neoconstitucionalismo). Novo paradigma constitucional: Estados Plurinacionais: reconhecimento da pluralidade e da diversidade; reconhecimento de novos sujeitos de direito e de novas formas de direito. Proposta de superação epistemológica da matriz europeia-ocidental de Estado-Nação. Inovações das Constituições do Equador e da Bolívia e o estudo das novas instituições criadas.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>ARANGO, Rodolfo. Los Derechos Sociales en Iberoamérica: estado de la cuestión y perspectivas de future. <i>Cuadernos Electrónicos de Derechos Humanos y Democracia</i>, n. 5, Madrid, p. 1-23, febrero 2010.</p> <p>GARGARELLA, Roberto; COURTIS, Christian. El nuevo constitucionalismo latinoamericano: promesas e interrogantes. Santiago: CEPAL, 2009. Disponível em: http://www.palermo.edu/Archivos_content/derecho/pdf/Constitucionalismo_atinoameri_cano.pdf.</p> <p>DOMINGUES, Petrônio. <i>Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição</i>. São Paulo: Senac, 2003</p> <p>MAGALHÃES José Luiz Quadros de. O Estado Plurinacional na América Latina. <i>Revista Brasileira de Estudos Jurídicos</i>, v. 2, n. 2, p. 9-27, 2010.</p> <p>MAGALHAES, José Luiz Quadros de; AFONSO, Henrique Weil. O Estado plurinacional da Bolívia e do Equador: matrizes para uma releitura do direito internacional moderno. <i>Anuário Mexicano de Derecho Internacional</i>, v. XII, p. 455-473, 2012.</p> <p>MÉNDEZ HINCAPIÉ, Gabriel; SANÍN RESTREPO, Ricardo. La Constitución Encriptada: nuevas formas de emancipación del poder global. <i>Redhes – Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales</i>, a. IV, n. 8, p. 97-120, jul./dic. 2012.</p> <p>ORTIZ, Raúl Ávila. Bolivia: la apuesta por el estado unitario social de derecho plurinacional comunitario. In: CARBONELL, Miguel (<i>et al.</i>) (coord.) In: <i>Tendencias del Constitucionalismo en Iberoamérica</i>. México: UNAM – Instituto de Investigaciones Jurídicas (série doctrina jurídica, n. 514), p. 879-888. Disponível em: http://www.idea.int/publications/tendencies_of_constitutionalism/upload/Tendencias-del-constitucionalismo-en-Iberoam%C3%A9rica_inlay.pdf.</p> <p>RODRÍGUEZ GARAVITO, César (coord.). <i>El derecho en América Latina: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI</i>. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.</p> <p>SANTAMARÍA, Ramino Ávila. El Constitucionalismo ecuatoriano: breve caracterización de la constitución de 2008. In: CARBONELL, Miguel (<i>et al.</i>) (coord.) In: <i>Tendencias del Constitucionalismo en Iberoamérica</i>. México: UNAM – Instituto de Investigaciones Jurídicas (série doctrina jurídica, n. 514), p. 953-980. Disponível em: http://www.idea.int/publications/tendencies_of_constitutionalism/upload/Tendencias-del-constitucionalismo-en-Iberoam%C3%A9rica_inlay.pdf.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa (org). <i>Pensar el estado y la sociedad : desafíos actuales</i>. Buenos Aires : Waldhuter Editores, 2009. Disponível em: <</p>	

http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Pensar%20el%20Estado%20y%20la%20sociedad%20desaf%C3%ADos%20actuales_CLACSO2009.pdf>.

SCHAVELZON, Salvador. El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia – Etnografía de una Asamblea Constituyente. La Paz: CEJIS / Plural editores, 2012.

Disponível

em:

<

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20130214112018/ElnacimientoDelEstadoPlurinacional.pdf>>.

Nome: Democracia Consensual	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 1)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
Ementa: Democracia: superação dicotomia maioria vs minoria. Crise da democracia representativa. Consenso vs dissenso. Novos procedimentos de formação de políticas. Formas consensuadas de resolução de litígios.	
Bibliografia: MÉNDEZ HINCAPIÉ, Gabriel; SANÍN RESTREPO, Ricardo. La Constitución Encriptada: nuevas formas de emancipación del poder global. <i>Redhes – Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales</i> , a. IV, n. 8, p. 97-120, jul./dic. 2012. MOUFFE, Chantal. Deliberative democracy and agonistic pluralism. Viena: IHS, december 2000. Disponível em: http://www.ihs.ac.at/publications/pol/pw_72.pdf HARVEY, David; MARICATO, Erminia; ZIZEK, Slavoj et al. Cidades rebeldes. São Paulo: Boitempo, 2013 LIJPHART, Arend. <i>Modelos de Democracia</i> (tradução de Roberto Franco) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 MAGALHÃES, José Luiz Quadros. Estado Plurinacional e direito internacional. Curitiba: Juruá, 2013. NINO, Carlos Santiago. La construcción de la democracia deliberativa. Barcelona: Gedisa, 1997. SANTOS, Boaventura Souza. <i>Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo</i> , Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais, 1998. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/107.pdf . SEN, AMARTYA. <i>La démocratie des autres</i> . Rivage Poche Petite Bibliothèque, Paris, 2006.	

Nome: Novas Epistemologias para a Jurisdição	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 1)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
Ementa: Pluralismo, direitos humanos e acesso à justiça. Novos modelos de consenso e solução de conflito. Constitucionalismo latino americano e novas formas de jurisdição.	
Bibliografia: BOLZAN DE MORAIS, Jose Luis. BARROS, Flaviane de Magalhães. Novo constitucionalismo latino-americano: o debate sobre novos sistemas de justiça, ativismo judicial e formação de juízes. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014. SCHAVELZON, Salvador. El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia: Etnografía de una Asamblea Constituyente. Cejis / Plural editores: La Paz, Bolívia, 2012. SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, José Luis Exeni; et al. Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Bolivia. 1ª ed. Fundación Rosa Luxemburg/Abya-Yala: La Paz, Bolívia, 2012. Disponível em: < http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Justicia%20ind%C3%ADgena%20Bolivia.pdf >. SANTAMARÍA, Ramiro Ávila; JIMÉNEZ, Agustín Grijalva; DALMAU, Rubén Martínez. Desafíos constitucionales La Constitución ecuatoriana del 2008 en perspectiva. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos: Quito, Ecuador, 2008. Disponível em: < http://www.justicia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/07/2_Desafios_Constitucionales.pdf >. SEN, Amartya. A idéia de justiça. Trad. Ricardo Doninelli Mendes, Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Índias, 2011. MAGALHÃES, José Luiz Quadros. Estado Plurinacional e direito internacional. Curitiba: Juruá, 2013. MARRAMAO, Giacomo. La passione del presente: Breve lessico della modernità-mondo. Torino: Bollati Boringhieri, 2008 TEIXEIRA, Ludmila; NUNES, Dierle. Acesso à justiça democrático. Gazeta Jurídica, 2013. RESTA, Eligio. Diritto Fraterno. Roma, Bari: Larteza, 2006.	

Nome: Teoria Crítica dos Direitos Fundamentais	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 1).
Carga Horária: 60	Créditos: 04
<p>Ementa: Gerações/Dimensões de Direitos Fundamentais: necessidade de superação da teoria. Sistema de Direitos: co-originalidade entre as autonomias pública e privada. Desafios dos Direitos Fundamentais do Pós-Guerra. Justicialibilidade e Judicialização dos Direitos. Direitos Fundamentais e ativismo judicial. Maiorias e Minorias: democracia representativa e papel contramajoritário do Judiciário na defesa de direitos. Abuso dos Direitos. Conflito entre princípios: teorias. Direitos Fundamentais e a promoção da diversidade.</p>	
<p>Bibliografia: ALEXY, Robert. <i>Begriff und Geltung des Rechts</i>. Freiburg/München: Alber Studiaausgabe, 1992. ALEXY, Robert. <i>Theorie der Grundrechte</i>. Frankfurt am Main: Surkamp, 1994. ALEXY, Robert. <i>Theorie der juristischen Argumentation: Die Theorie des rationalen Diskurses als Theorie der juristischen Begründung</i>. Frankfurt am Main: Surkamp, 1983. BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; NUNES, Dierle José Coelho. O Potencial Transformador dos Direitos “Privados” no Constitucionalismo Pós-88: igualdade, feminismo e risco. <i>Revista dos Tribunais</i>, v. 882, p. 45-60, abril 2009. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. <i>Direito Constitucional</i>. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002. _____. Argumentação Jurídica e Decisionismo: um ensaio de teoria da interpretação jurídica enquanto teoria discursiva da argumentação jurídica de aplicação. In: SAMPAIO, José A. L. (coord.). <i>Crise e Desafios da Constituição</i>. BH: Del Rey, 2004. FORST, Rainer. <i>Das Recht auf Rechtfertigung: Elemente einer konstruktivistischen Theorie der Gerechtigkeit</i>. Frankfurt am Main: Surkamp, 2007. GLENDON, Mary Ann. <i>Rights talk: The Impoverishment of Political Discourse</i>. New York: The Free Press, 1991. HABERMAS, Jürgen. <i>Die Einbeziehung des Anderen: Studien zur politischen Theorie</i>. Frankfurt am Main: Surkamp, 1996. HABERMAS, Jürgen. <i>Fakzität und Geltung: Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats</i>. Frankfurt am Main: Surkamp, 1998. HABERMAS, Jürgen. <i>Justification and Application: Remarks on Discourse Ethics</i>. Translated by Ciaran P. Cronin. Cambridge: MIT Press, 1994. JESTAEDT, Mathias; LEPSIUS, Oliver; MÖLLERS, Christoph; SCHÖNBERGER, Christoph. <i>Das entgrenzte Gericht: Eine kritische Bilanz nach sechzig Jahren Bundesverfassungsgericht</i>. Berlin: Surkamp, 2011. ROSENFELD, Michel; ARATO, Andrew (Eds.). <i>Habermas on Law and Democracy: Critical Exchanges</i>. Berkeley: University of California Press, 1998. SAMPAIO, José Adércio Leite. <i>Teoria da Constituição e dos Direitos Fundamentais</i>. Belo Horizonte: Del Rey, 2013. TRIVISONNO, Alexandre Travessoni Gomes; SALIBA, Azis Tuffi; LOPES, Mônica Sette. <i>Princípios Formais e outros aspectos da Teoria Discursiva do Direito</i>. Rio de Janeiro: Forense, 2014.</p>	

Nome: Patrimônio Cultural e Reconhecimento	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 2)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
Ementa: O Subsistema Jurídico: Direito do Patrimônio Cultural. A Diferenciação Conceitual/Funcional do Direito do Patrimônio Cultural. O Papel do Direito ao Patrimônio Cultural no Reconhecimento do Outro; O patrimônio cultural como linguagem; Memória social e memória coletiva.	
Bibliografia: GOMES, Carla Amado; RAMOS, José Luís Bonifácio. Direito da cultura e do patrimônio cultural. Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa. Lisboa, 2011. BAUMAN, Zygmunt. Ensaios sobre o conceito de cultura. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006. CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Cultura e democracia na constituição federal de 1988: a representação de interesses e sua aplicação ao programa nacional de apoio à cultura. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004. GIANNINI, Massimo Severo. I beni culturali. In: Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico. n. 26. Milano, 1976. GOMES, Carla Amado. O dano cultural: pistas para a decifração de um enigma. In: Scientia Iuridica. Separata. Tomo LIX. 312. Lisboa. Janeiro/março, 2010. SANTOS, José Manuel (Org.). O pensamento de Niklas Luhmann. Beira: Lusosofia Press, 2005. HELL, Victor. A idéia de cultura. Tradução de M. Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1989. HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. A invenção das Tradições. Tradução de Celina Cavalcante. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. JEUDY, Henri-Pierre. O espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.	

Nome: Posições Jurídicas Vulneráveis e Repercussões Organizacionais	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 2)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
<p>Ementa: As vulnerabilidades e os vulneráveis no Direito Privado. Proteção de posições vulneráveis na dinâmica de atividades econômicas. Confiança, licitude e responsabilidade por exercício de posições jurídicas em modelos organizacionais atuais. Tutela de minorias. Políticas públicas, inclusão e fomento a empreendimentos de economia solidária. Horizontes jurídicos de empreendimentos voltados à emancipação, desocultamento e desenvolvimento humano, pautados em garantias basais e transversais de liberdades e de promoção de seu exercício.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>ARMOUR, John; SKEEL, David A. Who Writes the Rules for Hostile Takeovers, and Why? The Peculiar Divergence of US and UK Takeover Regulation (2007). Georgetown Law Journal, Vol. 95, p. 1727, 2007; ECGI - Law Working Paper No. 73/2006. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=928928>. Acesso em 02 jul. 2014.</p> <p>CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. Da tomada de sociedades (takeover): efectivação, valoração e técnicas de defesa. Revista da Ordem dos Advogados: Lisboa, n.54, p. 761-777, 1994. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/MCordeiro94.pdf. Acesso em: 02 jul. 2014.</p> <p>CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. Da boa fé no direito civil. Coimbra: Almedina, 2007.</p> <p>FONTENEAU, Bénédicte et al. Social and Solidarity Economy: building a common understanding. 1. ed. Turin: ITCILO, 2010. v. 300. Disponível em: http://www.streetnet.org.za/docs/books/2012/en/ILO%20SSEReaders%202010.pdf.</p> <p>FRADA, Manuel António de Castro Portugal Carneiro da. Teoria da confiança e responsabilidade civil. Coimbra: Almedina, 2005.</p> <p>LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes. As medidas defensivas contra uma oferta pública de aquisição hostil. In: O Direito. Ano 138, t. III, Coimbra: Almedina, 2006.</p> <p>LISBOA, Roberto Senise. Confiança Contratual. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>MARQUES, Cláudia Lima. MIRAGEM, Bruno. O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012.</p> <p>NASCIMENTO, João Pedro Barroso do. Medidas defensivas à tomada de controle de companhias. São Paulo : Quartier Latin, 2011.</p> <p>NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto; FIUZA, César Augusto de Castro. Relações jurídicas interempresariais e a artificialidade da atribuição da natureza consumerista em razão da vulnerabilidade. In: BRAGA NETTO. Felipe Peixoto; SILVA, Michael César. (Org.). Direito privado e contemporaneidade: desafios e perspectivas do direito privado no século XXI. 1ed.Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2014, v. 1, p. 243-264.</p> <p>ROSENVALD, Nelson. As funções da responsabilidade civil: a reparação e a pena civil. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia das Letras, 2000.</p> <p>SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.</p>	

Nome: Biodireito e reconhecimento	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 2)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
<p>Ementa: Bioética e princípios. Biodireito como novo direito. Princípios do Biodireito. Aplicação de novas epistemologias para o estudo das questões do biodireito. Reconhecimento de novos direitos junto à Biotecnologia. Releitura dos institutos tradicionais da autonomia privada e das garantias fundamentais para uma compreensão renovada a partir do biodireito. Inclusão dos sujeitos em razão do gênero.</p>	
<p>Bibliografia: ASCENSÃO, José de Oliveira. Estudos de direito da bioética. Coimbra: Almedina, 2005. 328p. ROMEO CASABONA, Carlos María (Org.); SÁ, Maria de Fátima Freire de (Org.). Desafios jurídicos da biotecnologia. 1. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007. v. 1. 594 p. SÁ, Maria de Fátima Freire de (Org.). Biodireito. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. v. 1. 465p. SOUZA, Iara Antunes de. Aconselhamento Genético e Responsabilidade Civil: As Ações por Concepção Indevida (<i>Wrongful Conception</i>), Nascimento Indevido (<i>Wrongful Birth</i>) e Vida Indevida (<i>Wrongful Life</i>). Belo Horizonte: Arraes, 2014. 164p. BARBOZA, Heloisa Helena; MEIRELLES, Jussara; BARRETTO, Vicente de Paulo. Novos temas de biodireito e bioética. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. 257p. HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Bioética e biodireito: revolução biotecnológica, perplexidade humana e perspectiva jurídica inquietante. Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre, v.4, n.16, p.40-55, jan./mar. 2003. MARTINS-COSTA, Judith; MÖLLER, Letícia Ludwig (Org.). Bioética e responsabilidade. Rio de Janeiro: Forense, 2009. xiv, 445p. NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. O direito civil pela perspectiva da autonomia privada: relação jurídica, situações jurídicas e teoria do fato jurídico na pós-modernidade. 1. ed. Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara, 2010. 124p. SÁ, Maria de Fátima Freire de; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Filiação e Biotecnologia. 1. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005. v. 1. 156 p. STANCIOLI, Brunello; CARVALHO, Nara Pereira; RIBEIRO, Daniel Mendes; LARA, Mariana Alves. O Sistema Nacional de Transplantes: Saúde e Autonomia em Discussão. IN: Revista de Direito Sanitário. São Paulo, nov. 2010-Fev. 2011, v.11, n. 3, p. 123-154. TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; DADALTO, Luciana (Org.). Dos hospitais aos tribunais. Belo Horizonte: Del Rey, 2013. 654p.</p>	

Nome: Direito, Trabalho e Vulnerabilidade	
Nível: Mestrado acadêmico	Obrigatória: Não (Eletiva – Linha 2)
Carga Horária: 60	Créditos: 04
<p>Ementa: Direito do Trabalho: síntese, crise e perspectivas. Vulnerabilidade: conceitos e distinções. Vulnerabilidade, hipossuficiência e dependência. Vulnerabilidade negocial, hierárquica, econômica, técnica, social e informacional. Vulnerabilidade, subordinação, parassubordinação, supersubordinação, hipervulnerabilidade, sujeição pessoal e objetificação do trabalhador. Vulnerabilidade, desemprego, precarização e flexibilização de direitos. Vulnerabilidade: principiologia constitucional e trabalhista. O papel do Estado e da sociedade na proteção dos sujeitos vulneráveis, em perspectiva justralhista. O papel do Estado e da sociedade na efetivação de direitos trabalhistas.</p>	
<p>Bibliografia:</p> <p>ALMEIDA, Cleber Lúcio de; ALMEIDA, Wânia Guimarães Rabêllo de. Direito do Trabalho e Constituição: a constitucionalização do Direito do Trabalho no Brasil. São Paulo: LTr., 2017.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. A 'Lei do Salão Parceiro' e o agravamento de vulnerabilidades. REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO, v. 76, p. 82-107, 2017.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. Dignidade da Pessoa Humana, Meio Ambiente e Direito do Trabalho. REVISTA DIREITO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS, v. III, p. 57-72, 2017.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. Direitos trabalhistas mínimos além da relação de emprego: efetivação do princípio constitucional da valorização social do trabalho. Revista do Tribunal Superior do Trabalho. vol. 79, n. 2 abr-jun 2013. p. 53-69.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. Função Capitalista do Direito do Trabalho no Brasil. Revista LTr., ano 77, setembro de 2013. São Paulo: LTr., 2013, p. 1067-1082.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. Pluralidade Sindical: nova interpretação constitucional e celetista. São Paulo: LTr., 2015.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. Reforma Trabalhista, Terceirização e Critérios de Agregação do Trabalhador ao Sindicato. REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO, v. 79, p. 73-100, 2017.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. Reforma Trabalhista, terceirização e critérios de agregação do trabalhador ao sindicato. Revista LTr. v. 10, p. 1168-1181, 2017.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. Relações Contratuais Paralelas. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 35, p. 178-197, 2016.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar. Salário Igual: argumentos para combater as discriminações de gênero e cor. Belo Horizonte: RTM, 2016. Belo Horizonte: RTM, 2017.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar; ALVES, Roberto das Graças. Reforma Trabalhista e o Novo 'Direito do Capital'. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, v. XXIX, p. 47-74, 2017.</p> <p>ALVES, Amauri Cesar; LEITE, Rafaela Fernandes (Org.). Reforma Trabalhista. Belo Horizonte: RTM, 2017.</p> <p>ALVES, Giovanni. Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2013.</p> <p>ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. Direito do Trabalho e Pós-Modernidade: fundamentos para uma teoria geral. São Paulo: LTr., 2005.</p> <p>ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p>	

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Organizadores). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes Silva. O Averso do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BERTOLDI, Márcia Rodrigues; GASTAL, Alexandre Fernandes; CARDOSO, Simone Tassinari (Org.) Direitos Fundamentais e Vulnerabilidade Social. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

CARDOSO, Adalberto Moreira. A Década Neoliberal: a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. Neoabolicionismo & Direitos Fundamentais. São Paulo: LTr., 2016.

CHAVES, Débora Caroline Pereira (Org.) Trabalhos Precários no Mundo Contemporâneo. Belo Horizonte: RTM, 2017.

CHAVES, Silvia Fernandes. A Vulnerabilidade e a Hipossuficiência do consumidor nas contratações eletrônicas. Barueri: Manole, 2015.

CURVO, Isabelle Carvalho. De olho na rua: informalidade e as fronteiras do Direito do Trabalho. Belo Horizonte: RTM, 2017.

D'AQUINO, Lúcia Souza. Uma Aproximação dos Conceitos de Subordinação e Vulnerabilidade: análise comparativa entre o Direito do Trabalho e o Direito do Consumidor. Revista Direitos Humanos e Democracia. Ano 4, n. 8. jul/dez, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE CRISTO, Magno Miosés; FERREIRA, Silvânia (Coord). Direito do Trabalho: cenários contemporâneos. Belo Horizonte: RTM, 2016.

DELGADO, Gabriela Neves. Direito Fundamental ao Trabalho Digno. São Paulo: LTr., 2006.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 17. ed. São Paulo: LTr., 2018.

DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. A Reforma Trabalhista no Brasil. São Paulo: LTr., 2017.

DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. Constituição da República e Direitos Fundamentais: Dignidade da Pessoa Humana, Justiça Social e Direito do Trabalho. 4. ed. São Paulo: LTr., 2017.

DORNELES, Leandro do Amaral D. de. Hipossuficiência e Vulnerabilidade na Teoria Geral do Direito do Trabalho Contemporânea. Revista LTr., ano 77, março de 2013. São Paulo: LTr., 2013. p. 293-303.

DORNELES, Leandro do Amaral D. de. Teoria Geral da relação de emprego e sociedade pós-industrial: algumas reflexões. In OLIVEIRA, Cíntia M. de.; DORNELES, Leandro do Amaral D. de. (orgs.) Temas de Direito e Processo do Trabalho. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012. v. 1., p. 25-58.

EDELMAN, Bernard. A Legalização da Classe Operária. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIUZA, César Augusto de Castro; NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto. Relações jurídicas interempresariais e a artificialidade da atribuição da natureza consumerista em razão da vulnerabilidade. In: BRAGA NETTO. Felipe Peixoto; SILVA, Michael César(Org.). Direito privado e contemporaneidade: desafios e perspectivas do direito privado no século XXI. Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2014, v. 1, p. 243-264.

GASPAR, Danilo Gonçalves. Subordinação Potencial: encontrando o verdadeiro sentido da subordinação jurídica. São Paulo: LTr., 2016.

GUERRA, Giovanni Antônio Diniz; ÁVILA, Luiz Augusto Lima de; CHADI, Ricardo. Direito do Trabalho: Caderno 4. Belo Horizonte: PUC.Minas, 2017.

GRASSELLI, Odete. O Direito Derivado da Tecnologia: circunstâncias coletivas e individuais no Direito do Trabalho. São Paulo: LTr., 2010.

GRILLO, Sayonara et. al. (Org.) Direito do Trabalho: releituras, resistência. São Paulo: LTr., 2017.

GUNTHER, Luiz Eduardo; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de (Coord.) Discriminação no Trabalho. São Paulo: LTr., 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Declaração: isto não é um manifesto. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

HENRIQUE, Carlos Augusto Junqueira, DELGADO, Gabriela Neves, VIANA, Márcio Túlio, RIBEIRO, Patrícia Henriques (Coordenadores). Trabalho e Movimentos Sociais. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a História Operária. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KONDER, Carlos Nelson. Vulnerabilidade Patrimonial e Vulnerabilidade Existencial: por um sistema diferenciador. Revista de Direito do Consumidor, v. 99, p. 101-123, 2015.

LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna. Autonomia e Vulnerabilidade. Belo Horizonte: Arraes, 2017.

MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer. A Ideologia do Contrato de Trabalho. São Paulo: LTr., 2016.

MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno (org.) Direito do Consumidor: vulnerabilidade do consumidor e modelos de proteção. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais: 2016.

MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. O Novo Direito Privado e a Proteção dos Vulneráveis. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MELO, Raimundo Simão de; ROCHA, Cláudio Jannotti da. Constitucionalismo, Trabalho, Seguridade Social e as Reformas Trabalhista e Previdenciária. São Paulo: LTr., 2017.

MESQUITA, Carolina Pereira Lins (Org.) Direito do Trabalho: tendências e perspectivas. Belo Horizonte: RTM, 2012.

PAES LEME, Ana Carolina; RODRIGUES, Bruno Alves; CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO HUMANO: a intermediação de mão de obra a partir das plataformas eletrônicas e seus efeitos jurídicos e sociais. São Paulo: LTr., 2017.

PASOLD, César Luiz. Novos direitos: conceitos operacionais de cinco categorias que lhes são conexas. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, p. 225-236, jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15192>>. Acesso em: 03 jan. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/%x>.

POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2007.

RAMOS FILHO, Wilson (Coordenador). Trabalho e Regulação: as lutas sociais e as

condições materiais da democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto; SCHETTINI, Beatriz (Coord.). Novos Direitos Privados. Belo Horizonte: Arraes, 2016. p. 157-169.

SAKO, Emília Simeão. Trabalho e Novas Tecnologias: direitos on-line ou direitos de 4ª geração. São Paulo: LTr., 2014.

SANTANA, Marco Aurélio, RAMALHO, José Ricardo. Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

SILVA, Virgílio Afonso da - O Conteúdo Essencial dos Direitos Fundamentais e a Eficácia das Normas Constitucionais. Revista de Direito do Estado, n. 4, p. 23-51, 2006. Disponível em: http://constituicao.direito.usp.br/wp-content/uploads/2006-RDE4-Conteudo_essencial.pdf.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A supersubordinação: invertendo a lógica do jogo. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região, v. 41, p. 137-177, 2008.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; MOREIRA, Ranúlio Mendes; SOUTO SEVERO, Valdete. Dumping Social nas Relações de Trabalho. 2. ed. São Paulo: LTr., 2014.

SOUTO SEVERO, Valdete. Elementos para o uso transgressor do Direito do Trabalho. São Paulo: LTr., 2016.

SOUZA, Jessé (org.). A Ralé Brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. Revista Crítica de Ciências Sociais, 103, 2014, 9-24.

VELLINHO, Rubens Soares. A modernização do Direito do Trabalho brasileiro: a posição da CUT a respeito da prevalência do negociado sobre o legislado e os pontos de vista dos seus interlocutores. Belo Horizonte: RTM, 2017.

VIANA, Márcio Túlio. Da Greve ao Boicote e outros pequenos textos. Belo Horizonte: RTM, 2017.

VIANA, Márcio Túlio. 70 anos de CLT: uma história de trabalhadores. Brasília: TST, 2013.

VIANA, Márcio Túlio. Para Entender a Terceirização. 3. ed. São Paulo: LTr., 2017.

VIANA, Márcio Túlio, TERRA, Luciana Soares Vidal, SILVA Jr., Décio de Abreu. Direito do Trabalho & Trabalhadores sem Direitos. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. Relação de Emprego: estrutura legal e supostos. São Paulo: LTr., 2005.

WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução aos Fundamentos de uma Teoria Geral dos 'Novos' Direitos. Revista Jurídica Unicuritiba, v. 2, n. 31, p. 121-148, 2013. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/593/454>. Acesso em: 21 jun 2017.

WOLKMER, Antonio Carlos. Mudanças de paradigmas, Pluralismo e Novos Direitos. Espaço Jurídico, v. 7, p. 87-96, 2006. Disponível em: <https://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/article/view/8795>. Acesso em 8 jun. 2017.